

**COLÉGIO PEDRO II  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,  
EXTENSÃO E CULTURA  
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**ELAINE FERREIRA ALVES DE MENEZES**

**O PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO E O MUSEU NACIONAL  
COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Rio de Janeiro

2024



**ELAINE FERREIRA ALVES DE MENEZES**

**O PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO E O MUSEU NACIONAL COMO FONTE PARA O  
ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Especialização em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Dr. Paulo Vinícius Aprígio da Silva.

Rio de Janeiro

2024

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

M543 Menezes, Elaine Ferreira Alves de

O Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional como fonte para o ensino de história / Elaine Ferreira Alves de Menezes. — Rio de Janeiro, 2024.

53 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Paulo Vinícius Aprígio da Silva.

1. História – Estudo e ensino. 2. Museu Nacional (Brasil). 3. Patrimônio cultural - Brasil. 4. História – Fontes. I. Silva, Paulo Vinícius Aprígio da. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

**ELAINE FERREIRA ALVES DE MENEZES**

**O PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO E O MUSEU NACIONAL COMO FONTE PARA O  
ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 12 de abril de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Vinícius Aprígio da Silva  
Orientador

---

Prof. Dr. Wolney Viana Malafaia  
Colégio Pedro II – Campus Tijuca

---

Profa. Dra. Mariah dos Santos Martins  
Museu Nacional - UFRJ

Rio de Janeiro

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Começo agradecendo a Deus (Oxalá), meus Guias e Mentores Espirituais que permitiram chegar até aqui.

Em seguida, agradeço ao meu filho, Luís Felipe Alves de Menezes, que teve que amadurecer um pouco mais cedo tendo que ficar em casa sozinho, para que sua mãe pudesse voltar a estudar e realizar mais um sonho.

Ao meu marido, Luís Fernando Garcia de Menezes, que me deu todo suporte e força do mundo para que pudesse concluir mais essa etapa da minha vida.

E não posso deixar de agradecer ao Rodrigo Chuva, amigo da família (que tem conta no Banco do Brasil), que efetuou o pagamento da taxa de inscrição, permitindo que eu conseguisse participar do processo seletivo do programa de pós-graduação.

Concluo agradecendo aos professores da instituição Colégio Pedro II, Campus Tijuca, que foram incríveis comigo e possibilitaram que concluísse com êxito o programa de pós-graduação.

Dedico esse trabalho ao meu marido Luís Fernando Garcia de Menezes e ao meu filho Luís Felipe Alves de Menezes que estiveram ao meu lado em todo esse processo e me ajudaram a chegar até aqui.

“Olhar para o passado deve ser apenas um meio de entender mais claramente o que e quem eles são, para que possam construir mais sabiamente o futuro.”

(Paulo Freire, 1987)

## RESUMO

MENEZES. Elaine Ferreira Alves de. **O Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional e como fonte para o ensino de História.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma inserção curricular nas séries finais do Ensino Fundamental, se tivermos como referência à Base Nacional Comum Curricular, também pode ser inserida como matéria eletiva para o novo Ensino Médio. Esta inserção curricular traz o Museu Nacional e o conjunto arquitetônico do Paço de São Cristóvão como fonte histórica e patrimonial. Buscamos cumprir a proposta lançando mão de diversos recursos e diferentes formas de trabalhar fontes históricas procurando estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, e o mais importante é não deixarmos cair no esquecimento um dos acervos museológico e científico mais relevantes da América Latina.

**Palavras-chave:** História; Museu Nacional; patrimônio, fontes históricas.

## **ABSTRACT**

MENEZES. Elaine Ferreira Alves de. **O Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional e como fonte para o ensino de História.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

The aim of this work is to introduce a curricular insertion in the final years of Elementary School, if we have the National Common Curricular Base as a reference, it can also be inserted as an elective subject for the new High School. This curricular insertion brings the National Museum and the architectural complex of Paço de São Cristóvão as a historical and heritage source. We seek to fulfill the proposal by using different resources and different ways of working with historical sources, seeking to establish a dialogue between the past and the present, and the most important thing is not to let one of the most relevant museum and scientific collections in Latin America fall into oblivion.

**Keywords:** History; National museum; heritage, historical sources.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
CECA - Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural  
CELIN - Centro de Línguas Indígenas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus  
ICOM - Conselho Internacional de Museus  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MN – Museu Nacional  
PNEM – Política Nacional de Educação Museal  
REM's – Redes de Educadores em Museus  
SAE – Seção de Assistência ao Ensino  
SEMEAR - Seção de Memória e Arquivo  
SEMU - Seção de Museologia  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A HISTÓRIA DO PAÇO DE SÃO CRISTOVÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O Museu Real</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>O acervo: as primeiras coleções</b> .....	<b>22</b>
<b>2.3</b>	<b>Panorama Geral dos Acervos e Incorporação a UFRJ</b> .....	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSEAL</b> .....	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>A História da Educação Museal no Brasil</b> .....	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>O Museu Nacional e a Constituição da SAE</b> .....	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>PRODUTO PEDAGÓGICO</b> .....	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Museu Nacional/UFRJ é a primeira instituição museológica e de pesquisa do Brasil, segue seu pioneirismo com estudos de ponta e possui/possuía um amplo acervo enriquecido constantemente. É uma instituição viva, atuante e alinhada ao século XXI. O embrião das coleções foi implantado pela família real portuguesa, e atualmente foi e ainda é o maior museu de história natural de antropologia da América Latina. Em 1946, o Museu Nacional foi incorporado à UFRJ, na época Universidade do Brasil, e ele mantém em seu estatuto esse caráter nacional. Está vinculado ao Ministério da Educação.

Sua localização carrega em si pura história. O Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista foi a primeira residência da família real portuguesa, onde a Princesa Isabel nasceu, pertenceu à família imperial brasileira e abrigou a primeira Assembleia Constituinte da República. Foi criado por meio de decreto do rei D. João VI, em 1818. A partir de 1892, seguindo às solicitações de D. Pedro II, passou a ser a sede do Museu Nacional.

O Museu Nacional foi criado por um decreto de D. João VI, no dia 6 de junho de 1818. Nele estava expresso que a educação, a cultura e a difusão da ciência seriam os objetivos da instituição. Deveria vir a funcionar nos moldes dos museus e gabinetes europeus de história natural, com coleções científicas, bibliotecas, arquivos, laboratórios e exposições. Inicialmente, chamava-se Museu Real e funcionava no Campo de Sant'Anna, no Centro do Rio de Janeiro.

O acervo original (ou parte dele) do Museu provavelmente recolheu peças da Casa dos Pássaros, criada no final do século XVIII. Por ocasião da fundação do Museu, foram-lhe doadas algumas peças das coleções reais, como taça-cofre “Batalha de Constantino”, encimada por uma escultura em coral. A imperatriz Leopoldina, estudiosa das ciências naturais, trouxe na comitiva nupcial uma missão científica cujos naturalistas muitos contribuíram para a instalação da ciência no país. Seu filho Pedro II foi um imperador de perfil intelectual, entusiasta das ciências, que deu grande apoio às atividades do Museu Nacional e constituiu um valioso acervo particular em seus gabinetes do Paço de São Cristóvão. Sempre buscou conhecer e fomentar as inovações científicas e tecnológicas mundiais.

Com a Proclamação da República, o imperador foi banido do Brasil e se exilou na França. A transferência do Museu para o Paço de São Cristóvão só se deu em

1892, após a realização da primeira Assembleia Constituinte republicana, ali reunida.

A abertura ao público das exposições permanentes na nova sede ocorreu em 25 de maio de 1900. As atividades do Museu se intensificaram ao longo do século, reforçando sua política de intercâmbio científico internacional, de publicações e de cursos públicos. Importantes personalidades da ciência mundial visitaram o Museu, como Albert Einstein e Marie Curie.

A instituição exerceu forte influência na sociedade brasileira, para além de sua atividade científica e educativa imediata. Fizeram parte de seus quadros o pai da radiodifusão brasileira, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, e uma das pioneiras do feminismo no país, a zoóloga Bertha Lutz. Tombado pelo patrimônio histórico nacional, o Paço de São Cristóvão está intimamente ligado à história política, científica e artística do país.

O primeiro museu e casa de ciência do Brasil completa 206 em 2024 pronto para recomeçar a recontar sua própria história depois do fatídico incêndio de 2018, e para celebrar esse momento e como objetivo principal do meu projeto de pesquisa é utilizar o Museu Nacional como fonte de pesquisa para o ensino de História, mesmo sabendo que parte seu acervo foi perdido, não nos impede de produzir uma inserção curricular utilizando esta instituição científica e o conjunto arquitetônico que faz parte de sua arquitetura como fonte histórica e patrimonial.

## **2 A HISTÓRIA DO PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO**

O Paço de São Cristóvão, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, mas precisamente no bairro de São Cristóvão, é um edifício histórico que desempenhou um papel significativo na história do país. Também é conhecido como Palácio Imperial, e sua história está intrinsecamente ligada à monarquia brasileira. Este local tornou-se o palco do poder do período conhecido como a Chegada da Corte Portuguesa até a sua transformação do prédio em Museu Nacional/UFRJ.

Durante o século XVI, dentre as primeiras sesmarias doadas aos jesuítas pelo fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Estácio de Sá (1489-1567), em 1565, identificamos a de Iguazu, que se estendia até Inhaúma, posteriormente dividida em três fazendas: a do Engenho Velho, a do Engenho Novo e a de São Cristóvão (SILVA, 1965, pp.29-30).

Ao longo do século XVII, os jesuítas representam os maiores proprietários de engenhos que iam da região de São Cristóvão até Santa Cruz. Em meados do século XVIII, o cenário mudou devido a um desentendimento entre o Marquês de Pombal (primeiro – ministro do Rei D. Jose I de Portugal) e a Companhia de Jesus que culminou na expulsão dos jesuítas, ocasionando uma rivalidade sociopolítica e econômica entre os padres jesuítas e o poder real.

A Fazenda de São Cristóvão, com o novo loteamento, deu origem ao bairro de mesmo nome, o comerciante luso-libanês Elie Antun Lubbus adquiriu uma grande residência no local mais alto da antiga Fazenda, mas não chegou a residir no local. A grande casa, em 1803, estava passando por uma reforma, e a edificação posteriormente passaria a ser uma residência real com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Os transmigrados da Corte portuguesa foram beneficiados pela aposentadoria ativa, costume do Antigo Regime, que lhes garantia o direito de escolher a residência de sua preferência (mesmo já ocupada), quando estivessem longe de sua moradia efetiva. Com isso, o juiz fazia as intimações, ficando inscritas a giz na porta da escolhida residência as letras P.R (Propriedade Real ou Príncipe Regente), que popularmente o povo traduzia como “ponha-se na rua”, e o prejudicado cumpria a determinação sem nenhum questionamento (BARDY, 1965, pp.102-104).

Elie Antun Lubbus (nome aportuguesado: Elias Antonio Lopes), comerciante luso-libanês, e pela ambição de ser generosamente recompensado, realizou uma grande reforma em sua residência construída em estilo oriental e presenteou, em 01 de janeiro de 1809, sua casa-grande à D. João que, imediatamente, aceitou-a para sua moradia. O “turco” Elias, como era conhecido, recebeu “a quantia de 21:929\$000 – vinte e um contos, novecentos e vinte e nove mil réis – referentes ao pagamento das obras já realizadas e uma mensalidade para a conservação do edifício, além de ter recebido alguns títulos da Casa Real (NEVES, 1999, p.42).

Houveram inúmeras reformas na residência, mas uma das mais significativas aconteceu, nos fundos do palácio, feita pelo arquiteto inglês John Johnson, em 1816 (SANTOS, 1981, p.46), por ocasião dos preparativos para o casamento de D. Pedro I (1798-1834) com D. Carolina Josepha Leopoldina (1797-1826), austríaca apaixonada pelas ciências naturais. A imperatriz teve papel de destaque na criação do Museu Real em 1818 – atual Museu Nacional.

Torna-se necessário destacar a atuação da princesa Leopoldina, no processo de idealização do Museu Real. Inicialmente, devido ao seu consórcio com D. Pedro I (1817), trouxe, em sua comitiva nupcial, uma legião de naturalistas: Rochus Schüch, Johann Natterer, Johann Emanuel Pohl, Giuseppe Raddi e Johann Christian Mikan (LISBOA, 1997, p.21). Tratava-se do primeiro envolvimento entre a nova Corte americana com um país do Velho Mundo, fato que, conseqüentemente, aumentou a curiosidade pelas riquezas naturais do Novo Mundo.

A partir de então, os viajantes estrangeiros não se limitaram a desenvolver a pesquisa científica apenas nos países europeus. A curiosidade renascentista que imperava na exploração do Novo Mundo e no Oriente fortaleceu os atos de coleta e de preservação da cultura realizados em alta escala pelos viajantes estrangeiros, até meados do século XIX (SCHWARCZ, 1993, pp-68-69). E em 1817, o Paço de São Cristóvão se tornou propriedade da Coroa com a ampliação do terreno referente aos arredores, pagos pelo Tesouro Real.

Enquanto o passava de geração para geração, o palácio continuou a passar por ampliações na área dos fundos junto a com a construção do torreão sul, visando a expandir seu território residencial. Contudo, mesmo após a Proclamação da Independência do Brasil, a residência continuou a sofrer intervenções para fortalecer a imagem do Paço de São Cristóvão - a residência do soberano - em que a arquitetura deveria servir aos imperadores de maneira funcional e civilizatória, além a representação dos imponentes palácios e sua correlação, com a própria imagem do imperador eram uma constante na lógica simbólica da monarquia (SCHWARCZ, 2001, p.17).

No final do período de D. Pedro I, identificamos alterações no Paço, principalmente em sua fachada. A obra foi executada em estilo neoclássico, que predominou na conclusão de todo o palácio (SANTOS, 1981, p.46). O retorno ao modelo clássico daria imponência necessária ao palácio imperial, fortalecendo sua representação com espaço de quem emana poder. Com isso, nos registros oficiais - em forma de desenhos ou litografias -, a residência imperial vinha tomando forma de um suntuoso palácio.

Em 02 de dezembro de 1825, nasceu no Paço de São Cristóvão, Pedro de Alcântara, conhecido como D. Pedro II. Órfão de mãe antes de completar um ano de idade, aos cinco foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do

Brasil, tendo decretada a sua maioridade quando ele tinha 14 anos de idade, em 1840, por ocasião de um golpe parlamentar palaciano.

Nesse momento, 10 anos após o golpe, o imperador chamou para si a reponsabilidade de iniciar as obras da moradia. Foi dada continuidade ao estilo neoclássico, e dentre as principais modificações destacamos: o nivelamento da fachada do prédio em três pavimentos: a colocação de 30 estátuas de deuses gregos em toda a extensão do telhado.

A partir de 1857, com a ajuda do arquiteto Theodore Marx, as Salas do Trono e do Corpo Diplomático foram transferidas do térreo para o segundo pavimento do torreão norte, com pinturas do italiano Mario Bragaldi. Em cima do telhado do mesmo torreão, em 1862, foi construído por Francisco Joaquim Bettencourt da Silva o Observatório Astronômico do imperador, todo envidraçado para a realização de suas observações celestes, e ao lado direito do prédio foi edificada uma torre contendo um grande relógio.

D. Pedro II não estava alheio aos estilos arquitetônicos dos países “civilizados”; assim, não houve conflito na escolha do estilo e ser utilizado no Paço, sendo seguido o estilo oficial dos palácios daquela época caracterizados pela volta do clássico. Ao pensarmos na sociedade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, a característica principal da Corte era o poder centralizado nas mãos do soberano, envolvido com uma elite poderosa e com prestígio. O que aqui nos interessa é esse exercício de articular o Palácio e seu soberano para entender a comunicação e a importância dos espaços imperiais para a ritualização monárquica do poder no viés da Memória Social, partindo da reflexão de que a memória é sempre uma construção desenvolvida no presente, levando em consideração as vivências e experiências do passado que se pretende entender, sujeita às questões ligadas à seletividade e as relações de poder.

O Paço de São Cristóvão foi bruscamente alterado após o banimento da família imperial, em 1889, quando D. Pedro II teve seus pertences reunidos em um grande leilão. Realizado em 1890 (SANTOS, 1940), o evento foi agilizado pelos representantes do Governo Provisório, preocupados em se desfazer dos objetos que pertenceram ao antigo Paço de São Cristóvão, promovendo, assim um processo de apagamento da memória. “ Apagar tem a ver com ocultar, esconder, despistar,

confundir os traços, afastar-se da verdade, destruir a verdade” (ROSSI, 1991, pp.14-15).

A realização do leilão dos pertences da família imperial acabaria com a existência de uma “coleção do imperador” e, conseqüentemente, com o culto à monarquia. Entretanto, não foi uma tarefa fácil, pois suscitou um período de longo conflito entre os Ministérios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, d’ Estado dos Negócios do Interior e o procurador do “ex-imperador”.

Após alguns dias do término do leilão do Paço e um ano da Proclamação da República, o palácio abrigou os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte. As obras para adaptação do antigo Paço de São Cristóvão, visando a sediar o Congresso, deveriam ser analisadas como um marco para garantir, na ocupação do antigo espaço monárquico, a consolidar das ideias do novo regime. A questão central da República era organizar um outro pacto de poder que viesse a substituir o modelo imperial (CARVALHO, 1987, P.31), além da necessidade de criar um novo herói nacional (CARVALHO, 1990, pp.55-73).

O antigo Paço de São Cristóvão ficou repleto de restos do leilão e vestígios do Congresso Constituinte em um espaço modificado e posteriormente abandonado. A partir de 1892, o palácio deixou de ser reconhecido como Paço de São Cristóvão, passando a ser identificado como prédio do Museu Nacional ou Palácio da Quinta da Boa Vista. Após muita insistência do diretor Ladislau Neto, o Museu Nacional (localizado no Campo de Santana desde sua criação) foi transferido para as instalações do palácio, com a liberação de vagões da Companhia Ferroviária de São Cristóvão, responsável pela mudança de todo o acervo do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista. Posteriormente, a instituição passou por uma longa fase de apropriação dos objetos ali abandonados.

A direção do Museu Nacional herdou mobiliário e alguns objetos de decoração (recém-identificados), além dos artefatos do “Museu do Imperador”, um conjunto de objetos que poderiam representar as ciências naturais e antropológicas. O processo de urbanístico do Rio de Janeiro do início do século XX, promovido pelo prefeito Pereira Passos, chegou à Quinta da Boa Vista em 1910, contemplando, também o Museu Nacional com algumas obras. Destacando-se o Museu Nacional, era necessária a realização de obras de adaptação para a adequação de um instituto de pesquisas em um ex-palácio residencial.

Alguns locais do palácio foram destruídos, como por exemplo, o Observatório Astronômico do imperador. O portão doado pelo duque de Northumberland foi transferido para a entrada do Zoológico na Quinta da Boa Vista (BIENE & SEVERO, 2005, p.95). Atualmente, através uma pesquisa foi descobrimos que algumas mobílias foram identificadas com o auxílio do inventário dos objetos que existiam no Paço de São Cristóvão, encontrado na obra de Francisco Marques dos Santos. *O leilão do Paço Imperial*.

Com o passar dos anos, e após o fortalecimento do Museu Nacional como uma instituição de pesquisa científica e de ensino superior, a identidade do Paço de São Cristóvão foi perdendo o seu significado de espaço monárquico sobreposto à nova imagem da instituição científica. Entretanto, duas salas continuaram a ecoar os tempos imperiais: a Sala do Trono e a do Corpo Diplomático. A sala considerada a mais nobre do palácio, a Sala do Trono, continuou a representar o espaço do poder, pois passou a ser utilizada para a realização do fórum de maior deliberação da instituição: a Congregação do Museu Nacional. No entanto, a partir da década de 1980, a sala passou a ser utilizada como mais um espaço para as exposições temporárias. As chamadas Salas Históricas passaram a ser utilizadas como ambiente administrativo e, posteriormente, como local para as exposições temporárias. Apesar de terem passado por dois períodos de restauração, foram perdendo as suas representações originais, deixando de evocar o período monárquico guardado em suas paredes e passando a apresentar exposições das áreas de atuação do Museu. Nessa perspectiva, ao longo dos anos, o Paço de São Cristóvão passou a ser identificado como o prédio do Museu Nacional.

Foi criado o projeto Memória do Paço de São Cristóvão e do Museu Nacional, com o intuito de pesquisar separadamente as duas histórias (a do Museu e a do Paço). Com principal finalidade de orientar a restauração do palácio, foi percebido que a maior parte da comunidade do Museu Nacional, composta de professores e funcionários, não tinha interesse em conhecer a história do Paço, pois a história do Museu Nacional havia “abafado” o Paço de São Cristóvão. O público visitante, entretanto, tinha.

Ao entrarmos no site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para levantarmos informações sobre o tombamento do Paço de São Cristóvão, encontramos os dados referentes ao *tombamento do prédio do Museu*

*Nacional*, o que nos causou mais estranheza. O que fazer para dar visibilidade ao Paço de São Cristóvão? Divulgar sua memória por meio da análise de seus objetos e de outros sinais da monarquia existentes ou existiam na edificação. É preciso visitar (hoje podemos realizar essa visita através [artsandculture.google.com](http://artsandculture.google.com)) o interior do palácio e estudar o espaço no viés de Memória Social, referindo-se ao período correspondente à atuação do imperador D. Pedro II, monarca que mais tempo permaneceu no Paço de São Cristóvão, na tentativa de identificar os costumes do soberano e sua relação com a resistência por meio da leitura de seus objetos recém-descobertos no Museu Nacional, e sua interação social na Corte do Rio de Janeiro do século XIX, conseqüentemente, poderemos despertar o Paço que ficou “adormecido”, aproximadamente, por 114 anos (desde que o Museu Nacional foi transferido para o palácio).

## **2.1 O Museu Real**

Os antecedentes do Museu Real remetem à antiga Casa de História Natural, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros, devido à grande quantidade de aves espalhadas. Criada em 1784 pelo vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Sousa, a Casa de História Natural colecionou, armazenou e preparou por mais de vinte anos, produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa. O principal responsável pela Casa dos Pássaros foi Francisco Xavier Cardoso Caldeira, conhecido como Francisco Xavier dos Pássaros. A Casa de História Natural foi praticamente abandonada após a vinda do Conde de Resende (José Luiz de Castro). Em 1810 Francisco Xavier Cardoso Caldeira faleceu, sendo substituído por Luís Antonio da Costa Barradas, que presenciou a extinção daquela Casa.

Logo após a vinda do Príncipe-Regente D. João, o edifício da Casa dos Pássaros, localizado na antiga rua do Sacramento, atual Avenida Passos, ainda existia, tendo abrigado por volta de 1811 os encarregados dos serviços de lapidação de diamantes com suas famílias. Posteriormente, deu lugar ao prédio do Erário Público, depois Tesouro Nacional. Em 22 de junho de 1813, o Príncipe-Regente D. João mandou extinguir todos os cargos daquela instituição, e seus móveis e produtos de mineralogia e de história natural foram para a Academia Real Militar, no Largo de São Francisco de Paula. Somente cinco anos mais tarde o Príncipe-Regente criaria o Museu Real do Rio de Janeiro, que incorporou aquele acervo da Casa dos Pássaros.

O Museu Real foi criado pelo decreto de 6 de junho de 1818, com a finalidade de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes” (Brasil, 1889, p. 60). Para seu estabelecimento, foi adquirida pela Coroa uma casa oferecida pelo influente comerciante João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro barão de Ubá, no campo de Santana, Rio de Janeiro. Seu primeiro diretor foi o botânico e mineralogista frei José da Costa Azevedo, professor da Academia Real Militar (Museu Real, s.d.).

Na Europa, durante o século XVIII, a criação de museus de história natural, jardins botânicos, gabinetes e laboratórios voltados para a catalogação e análise dos elementos naturais esteve relacionada à concepção da natureza como fonte de riqueza e saber, característica da ilustração. O estudo da história natural em seus diversos ramos, como botânica, mineralogia e zoologia, visava à descoberta de uma aplicação prática, como o uso medicinal das plantas, ou o aproveitamento de novas minas. Em Portugal, essas tendências tomaram impulso com as reformas conduzidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, que, além de renovar o sistema de ensino, criou instituições científicas com o objetivo de fomentar a prosperidade a partir do conhecimento e exploração dos recursos naturais, considerados fundamentais para a revitalização da economia. Entre as práticas incentivadas pela Coroa portuguesa, estiveram o apoio a viagens naturalistas, com o objetivo de coletar materiais que depois se destinariam à investigação, ou formariam a coleção do Museu Real da Ajuda em Lisboa, e uma política de aclimatação de plantas e animais em todas as colônias portuguesas (Figuerôa; Silva; Pataca, 2004; Bittencourt, 2000, p. 115; Munteal Filho, 2000, p. 145).

Nos anos seguintes, já durante o reinado de d. Maria I, a comunidade reformista ilustrada ficou congregada na Academia Real de Ciências, fundada em dezembro de 1779, um espaço científico e literário responsável por abrigar as modernas concepções de ciência. Ali se reuniam não só homens ligados às reformas pombalinas, mas também o grupo antipombalino, conduzido por lideranças políticas da “viradeira”. Seus membros mantinham correspondentes nas colônias, que recebiam instruções sobre os procedimentos de observação, recolha, preparo e remessa do material para Portugal. Além das iniciativas oficiais, proliferaram também nesse período as sociedades literárias, academias e outros espaços de divulgação e troca de conhecimento científico (Munteal Filho, 2000, p. 146-156).

No Brasil, durante o período colonial, o vice-rei, Luís de Vasconcelos, promoveu viagens e levantamentos naturalísticos, como a expedição do padre José Mariano da Conceição Veloso entre os anos de 1783 e 1790. Seus sucessores continuaram essa política e, a partir de 1796, essas viagens ganharam um novo caráter, tendo o objetivo de complementar os dados que já haviam sido recolhidos e estavam sendo sistematizados para publicação. No mesmo ano foi instalado um jardim botânico em Belém do Pará e, um pouco antes, em 1784, uma casa de história natural no Rio de Janeiro, conhecida como Casa dos Pássaros, que abrigava minerais e animais vivos e empalhados. A Casa funcionaria até 22 de junho de 1813, quando a decisão n. 20 mandou extinguir seus empregos, transferindo o acervo de mineralogia e história natural para a Academia Real Militar. Houve ainda a organização de associações científicas, como a Academia Científica do Rio de Janeiro, de 1771, e a Sociedade Científica do Rio de Janeiro, depois Sociedade Literária, em 1786 (Figuerôa; Silva; Pataca, 2004; Fonseca, 2000, p. 127).

Com a transferência da corte para o Brasil, em 1808, montou-se todo um aparato administrativo indispensável para a nova sede do Reino português, inclusive instituições culturais e científicas. Nesse contexto, foram estabelecidos os cursos de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico-Prático e o Museu Real. Houve também, a partir de 1815, a permissão da entrada de expedições científicas estrangeiras, como a do barão de Langsdorff, a do príncipe da Baviera Maximiliano I, a de Charles Othon Frédéric Jean Baside, membro da comitiva do duque de Luxemburgo, que trouxe o botânico Auguste de Saint-Hilaire, e as missões austríaca e bávara, está dirigida por Spix e Martius, que vieram após o casamento da arquiduquesa da Áustria com o príncipe herdeiro (Schwarcz, 2002, p. 332-334).

O acervo do Museu Real constituiu-se inicialmente da coleção de objetos naturais, de arte e artefatos indígenas adquirida do mineralogista alemão Abraham Gottlob Werner e trazida ao Brasil por Antônio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca, além de itens antigos doados pela nobreza. O museu teria incorporado também o Gabinete dos Instrumentos de Física e Matemática que, em Lisboa, dividia espaço com a Biblioteca Real na igreja dos Terceiros do Carmo. Mais tarde passou a receber materiais de todas as capitanias e de outros continentes (Cunha, 1981, p. 133; Silva, 1977, p. 144).

O museu era também responsável pela análise das aplicações práticas dos produtos naturais e, com isso, o decreto de 11 de maio de 1819 mandou que a ele ficasse anexo o Jardim Botânico.

Posteriormente, o decreto de 26 de fevereiro criou o lugar de inspetor dos estabelecimentos literários e científicos do Reino, ocupado por José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, colocando o museu sob sua inspeção. A decisão n. 69, de 24 de outubro do mesmo ano, facultou ao público a entrada no Museu Real às quintas-feiras, promovendo o papel educacional característico dessa instituição (Museu Real, s.d.; Bittencourt, 2000, p. 114). A primeira regulamentação específica sobre o museu, dispendo sobre sua organização e administração, só foi promulgada pelo decreto n. 123, de 3 de fevereiro de 1842.

## **2.2 O acervo: as primeiras coleções**

Coleções enormes e riquíssimas tornaram-se comuns desde o século XIV na Europa, onde colecionar era privilégio dos monarcas, que ampliavam sua fortuna e seu poder com objetos valiosos, tesouros acumulados que atizavam a rivalidade entre as casas reais europeias. A Igreja, os monarcas e a nobreza detinham os tesouros que iriam formar as primeiras coleções, e somente os artistas e os sábios podiam visitá-los para fins de estudos. As únicas coleções acessíveis a todos eram pertencentes às igrejas. As distinções sociais reforçavam-se por meio das coleções que, disponíveis unicamente para as classes privilegiadas, serviam como educadoras do gosto, reafirmando e circunscrevendo os valores e o conhecimento a um estamento social. Desde então, arte e saber já eram sinais de distinção. Assim, toda a arte profana moderna, antiguidades, curiosidades exóticas e naturais são expostas ao olhar daqueles que ocupam os lugares mais elevados nas hierarquias do poder, da riqueza, do gosto e do saber. Os museus tradicionais de história natural têm uma origem comum: a maioria surgiu das coleções de curiosidades, recordações de viagens de exploradores, troféus de expedições e coleções científicas. Os museus constituíram-se como locais onde se tornou visível determinada história da civilização ocidental, por meio da organização e da classificação dos exemplares expostos, como em uma enciclopédia. Sua origem, portanto, está associada ao fenômeno social do colecionismo, e os gabinetes renascentistas são seus marcos fundamentais. Esses gabinetes guardavam curiosidades de um mundo desconhecido que começava a ser

apropriado e desvelado. Colecionar tornou-se o primeiro passo de um processo de esquadrinhamento do mundo. Ter a posse do objeto, reter sua materialidade, significava apropriar-se de símbolos exteriores ao próprio universo de signos a partir da materialidade de um Outro, de um mundo distinto “natural” ou “cultural”. As primeiras coleções do Museu Real constam do mais antigo e completo catálogo do museu: a Relação dos objetos que se conservam no museu dessa corte. Nele, os objetos foram agrupados em produtos zoológicos, produtos botânicos, produtos das belas-artes e objetos relativos às artes, usos e costumes de diversos povos – antecedendo a futura divisão do museu. Os produtos classificados como belas-artes incluíam moedas e medalhas antigas, moldes de personalidades gregas e romanas, emblemas, além de esculturas e quadros, instrumentos de física e máquinas. Os objetos relativos às artes, usos e costumes de diversos povos abrangiam antiguidades egípcias, europeias, mexicanas, asiáticas, da África “inculta”, da Nova Zelândia e das ilhas Aleutas e Sandwich, além de mais de duzentos artefatos de indígenas brasileiros, como vestimentas, carapuças, cetros de penas matizadas de diferentes cores e enfeites de formas variadas. As doações de dom João VI, o arremate da coleção egípcia em leilão por dom Pedro I e os objetos etnográficos provenientes de diversas partes do mundo apresentados ao imperador, que depois os doava ao museu, além de diversos produtos naturais, prefiguram uma instituição que se pretendia universal e metropolitana, construída de acordo com os moldes europeus daquele período. O conjunto de itens do acervo era bastante heterogêneo, e somente mais tarde o museu se deteve de modo sistemático no colecionamento e no estudo da história natural. Quatro salas de exposições tinham armários repletos de produtos, com cerca de trezentas aves, alguns insetos, animais empalhados e produtos naturais, além de uns poucos artefatos indígenas recolhidos por viajantes ou funcionários da administração real, os quais foram doados, comprados ou transferidos de outras repartições. Objetos variados de arte em madeira, mármore, prata, marfim e coral foram doações de dom João VI, como também uma coleção de quadros do Tesouro Real trazidos de Portugal na transferência da corte, contendo obras de artistas como Rafael, Tintoretto, Canaletto e Franck. O acervo inicialmente era formado por instrumentos, máquinas e gabinetes, implementos agrícolas e objetos de mineração pertencentes à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) e pela “Coleção Mineralógica Werner”, única coleção científica organizada com que contava

o museu no momento de sua criação. Com a implantação do Império, a instituição passa a ser designada Museu Imperial e Nacional, em 1824. Desse período, fazem parte cinco múmias de uma valiosa coleção de antiguidades egípcias arrematadas em leilão por dom Pedro I. Nesses primeiros anos, o visconde de São Leopoldo doou ao museu um conjunto de 6.044 medalhas e moedas. Os viajantes estrangeiros contribuíram largamente para o enriquecimento das coleções, entregando uma parte de sua coleta ao museu em troca de apoio às incursões pelo interior do país. Naturalistas como Langsdorff, Natterer e Von Sellow ofereceram à instituição valiosas coleções zoológicas, embora essas doações nem de longe se aproximassem daquelas levadas pelos naturalistas estrangeiros aos seus países de origem. A coleta era um empreendimento que encontrava diversos entraves, inclusive falta de apoio de autoridades locais para o envio dos produtos. Cada presidente das províncias do Brasil deveria organizar duas coleções iguais dos produtos relativos aos seus domínios, uma delas para ser enviada para o Rio de Janeiro e a outra para compor um gabinete de história natural na respectiva província. Foi na tradição histórico-cultural germânica que a atividade museográfica se expandiu. Essa presença se deu tanto com a vinda de viajantes e pesquisadores alemães, quanto pela produção antropológica norte-americana, fortemente ancorada no difusionismo e no determinismo geográfico herdados da tradição germânica. Assim, no primeiro inventário das peças apresentado pelo diretor ao ministro do Império, em 1838, já se encontravam registradas quase todas as “coleções” exóticas – egípcia, africana, oceânica e da América boreal –, embora não fossem consideradas bem organizadas nem conservadas. A nação, o museu e a história natural | 57 No ano de 1842, o regulamento estruturou o museu em quatro seções: 1ª – Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª – Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3ª – Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; e 4ª – Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas. No final do século XIX, surgiu um tipo de organização enciclopédica baseada no pensamento evolucionista e que predominaria durante longo tempo. Os objetos pilhados pelos impérios coloniais e as coleções acumuladas pelos viajantes formaram ricos acervos e contribuíram para a ampliação dos museus. Das colônias da África, Ásia, Oceania e América chegaram à Europa artefatos levados por viajantes, pesquisadores e agentes coloniais. As coleções dos grandes museus do mundo foram constituídas nesse período, quando a multiplicidade

de sociedades humanas e a diversidade de culturas levaram os etnólogos a um grande esforço de coleta e classificação. As preocupações diziam respeito à origem e à difusão de traços culturais e a uma hierarquização das sociedades, percebendo-as em uma escala evolutiva na qual os objetos eram testemunhos estratégicos, numa formulação que ia do mais simples ao mais complexo. Assim floresceu uma série de museus etnográficos, baseados nos parâmetros biológicos de investigação e nos modelos evolucionistas de análise (Stocking Jr., 1985). Para os evolucionistas, fundadores da reflexão antropológica, aos museus cabia a tarefa de preservar exemplares que pudessem testemunhar etapas passadas. No final do século XIX, registrou-se um aumento significativo do acervo, graças, também, ao incentivo do diretor Ladislau Neto, que propõe uma ampla coleta destinada à Exposição Antropológica de 1882, e dos presidentes das províncias, que encaminhavam ao museu espécimes de suas regiões para compor as exposições nacionais e internacionais. Durante todo o século XIX e início do século XX, as expedições de caráter científico foram numerosas, e diversas coleções etnográficas foram formadas nesse período. No Museu Nacional, foi no período em que Ladislau Neto assumiu a direção geral (1874-1893) que as coleções etnográficas começaram a se configurar. O diretor instituiu como finalidade das divisões “proceder coleta, estudo e classificação científica do material respectivo, organizando coleções, catálogos e guias” (Lacerda, 1905).

No período em que Bruno Lobo foi diretor do MN (1915-1922), a verba destinada à instituição foi aumentada, o que permitiu ampliar os meios de coleta do material com excursões e viagens. A importância que as coleções científicas tinham no início do século para os estudos de história natural posicionou o Museu Nacional num lugar de destaque no contexto museológico. O MN buscava seguir o modelo proposto pelos museus europeus, tanto em referência à estrutura institucional quanto aos métodos científicos, nos quais se destacavam a constituição e a sistematização de coleções. Durante as duas primeiras décadas do século XX, todo o esforço do setor era dirigido às coleções indígenas, “carro-chefe” da instituição, somando cerca de 30 mil peças, o que representava grande parte do acervo. Foi graças, também, a seu acervo que o MN garantiu uma posição de destaque como possuidor de um grande capital científico, ponto fundamental do modelo de um museu de história natural (Souza Lima, 1989).

### **2.3 Panorama Geral dos Acervos e Incorporação a Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ**

Museu Nacional (MN) completou neste ano seu 206º aniversário e carrega consigo uma longa história de guarda de objetos histórico-artísticos, culturais, e de espécimes de história natural e artefatos antropológicos. Os primeiros acervos foram originários da Casa dos Pássaros, criada no final do século XVIII nos moldes dos gabinetes de curiosidades comuns à época. Já no século XIX, personagens ilustres da monarquia doaram e incentivaram a aquisição de coleções importantes e emblemáticas para a Casa. A coleção Werner de minerais foi trazida de Portugal pela comitiva real e é considerada a primeira coleção do Museu com registros oficiais. A Imperatriz Leopoldina, estudiosa das áreas de geologia e mineralogia, trouxe na comitiva nupcial uma missão científica cujos naturalistas muitos contribuíram para o conhecimento do mundo natural no país. A Imperatriz Teresa Cristina trouxe em seu dote peças do Museu de Nápoles e fomentou a vinda de peças arqueológicas dos sítios cuja escavação patrocinara na Itália. O imperador Pedro II, intelectual e colecionador nato, foi o maior incentivador do Museu durante seu reinado, com a aquisição de acervos bibliográficos, botânicos, arqueológicos, geológicos, incluindo a façanha da articulação da vinda do meteorito Bendegó da Bahia para o Museu em 1888. Além da Família Real, muitos outros personagens importantes contribuíram para a construção dos acervos do Museu Nacional e para a pesquisa que garantiu seu prestígio junto aos círculos científicos, como Ludwig Riedel, que fundou em 1831 o Herbário do Museu; Francisco Freire Alemão, que dirigiu a Comissão Científica de Exploração em 1859; Charles Frederick Hartt, que comandou a Comissão Geológica do Império (entre 1876 e 1877), e Ladislau Netto, que fundou a revista *Archivos do Museu Nacional* (que, pela permuta, enriqueceu sobremaneira o acervo da Biblioteca) e que organizou, com materiais coletados sob sua supervisão, a Exposição Antropológica de 1882.

Em 1946 o Museu Nacional foi agregado à Universidade do Brasil. Quando esta se tornou a Universidade Federal do Rio de Janeiro, devido a Reforma Universitária ocorrida nos anos 1960, os departamentos foram criados e as coleções cresceram com novo alento graças à intensificação das linhas de pesquisa dos curadores impulsionados pela sucessiva criação dos seis programas de pós-graduação da Casa.

Em tempos atuais, o Museu Nacional possui em seus registros 36 coleções/acervos de diferentes tipologias que somam cerca de 20 milhões de itens. É considerado um dos maiores e mais importantes acervos da América Latina. São 29 coleções científicas vinculadas a seis departamentos: Antropologia (DA - 4); Botânica (DB - 1); Entomologia (DE - 1); Geologia e Paleontologia (DGP - 10); Invertebrados (DI - 8) e Vertebrados (DV - 5). Além desses, os acervos arquivísticos do CELIN (Centro de Línguas Indígenas) e a Biblioteca Francisca Keller estão vinculados ao DA. Outros cinco acervos são vinculados à Direção, como a Biblioteca Central, o acervo didático-científico da Seção de Assistência ao Ensino (SAE), o acervo arquivísticos da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR), o acervo histórico-artístico da Seção de Museologia (SEMU) e o Cofre da Direção.

Vale ressaltar que o Museu Nacional tem forte tradição na produção de conhecimento da biodiversidade e, para isso, os taxonomistas se valem da designação de material-tipo, considerado o espécime testemunho que carrega o nome da espécie por ocasião da publicação descritiva original; o que possui um alto valor científico. Ao todo, o Museu Nacional possui cerca de 19.500 lotes e/ou espécimes de tipos primários e secundários. Com a tragédia do incêndio do Museu Nacional em 2 de setembro de 2018 cerca de 80% das coleções foram afetadas ou perdidas fisicamente. Foi uma perda muito grave e duríssima para todos nós. Contudo, coleções inteiras foram preservadas nas áreas de botânica, de vertebrados, de alguns setores de invertebrados e de arqueologia. Uma equipe do Museu Nacional foi montada rapidamente e se iniciaram os trabalhos de resgate dos acervos do palácio, de onde cerca de 5.000 lotes e/ou peças foram retirados e catalogados. Acervos da geologia, paleontologia, arqueologia (em especial de cerâmica, ferro e ossos) e conchas do Filo Mollusca foram os que mais resistiram ao fogo. No momento está se iniciando a fase do inventário das peças. Em paralelo, os curadores e servidores envolvidos na curadoria de coleções vêm realizando esforços para a reconstituição dos acervos em várias frentes. As pesquisas continuam e nem tudo está perdido! É importante frisar que a digitalização dos dados teve início já a partir da década de 1980, por meio de planilhas Excel e/ou de Programas de Gerenciamento de Coleções. Grande parte dos dados das coleções foi salva no formato digital. Esses dados incluem o nome do animal/objeto, localidade, identificador/qualificador, data e, em alguns casos, registros fotográficos e sonoros. A digitalização do acervo é essencial

para uma gestão curatorial eficiente e permite extrapolar à sociedade o tamanho e a importância das coleções, perpetuando a informação para gerações futuras.

Parte do acervo do Museu Nacional pode ser acessado em bancos de dados abertos como o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (<https://ipt.sibbr.gov.br/mnrj/>); o Global Biodiversity Facility (<https://www.gbif.org>) e o SpeciesLink (<http://splink.cria.org.br/>). No momento estão trabalhando para ampliar e melhorar o fluxo de dados nessas plataformas e atualizar os dados no site do MN. Outra iniciativa pontual em disponibilização de dados online é o acesso aos holótipos de Cerambycidae (Hexapoda\_Coleoptera) [http:// www.cerambycids.com/brazil/mnrj/](http://www.cerambycids.com/brazil/mnrj/). O Museu Nacional continua sendo uma Casa de fazer e divulgar ciência e cultura de excelência.

### **3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSEAL**

As primeiras ações que podemos relacionar com educação registradas em museus remetem ao estudo de coleções e à formação de cientistas e de profissionais que neles atuavam, o que podemos dizer que ocorrem já há alguns séculos marcando o começo da relação entre museus e público, determinante para seu caráter educativo, que ocorre no momento em que começaram a se tornar instituições públicas. Nesse sentido, é comum que seja citada a criação do primeiro museu público do mundo, em 1683, o Ashmole Museum, na Inglaterra, ou do Museu do Louvre, na França, em 1793, sendo esta a primeira instituição que permitia o acesso da população em geral às obras de arte colecionadas pela nobreza deposta pela Revolução Francesa de 1789.

Há autores que consideram que podemos falar em ação educativa a partir da abertura dos museus ao público (fenômeno que ocorre na virada do século XVIII para o XIX). Outros consideram que apenas quando essas ações passam a ter um caráter pedagógico mais definido e consciente é que podemos tratá-las como ações de educação, o que teria se iniciado apenas no século XIX. Na Inglaterra, foi nesse período que começaram a circular kits didáticos entre museus e escolas. Também foi nesse momento que se começaram a realizar visitas escolares a museus. No Brasil, chamadas de palestras ambulantes, as visitas com grupos escolares começaram antes mesmo da instituição de setores educativos dos museus e há registros dessas e de outras atividades educativas que aconteceram ainda nas primeiras décadas do século XX.

A troca de informações e a circulação de objetos entre metrópoles e colônias foi um processo que construiu conhecimentos sobre artefatos colecionados, prática que se fortaleceu com as viagens dos europeus para o chamado Novo Mundo, a partir do século XV. Nesse período, fica mais evidente o estreitamento da relação entre formação de coleções para fins de exposição e ações educativas como o estudo e a pesquisa sobre esses objetos. Além disso, um outro aspecto de destaque foi promover a exposição de objetos através de visitas de estudiosos, que muitas vezes viajavam de locais distantes com o interesse em conhecer as coleções privadas. A prática da coleta, do colecionismo e do estudo de objetos considerados exóticos e representativos da diversidade natural e da produção humana os remete à origem dos museus, ainda na antiguidade. Mas é com a proposta de desenvolvimento da ciência, que ganha novo impulso na modernidade, que o caráter educativo dos museus começa a ser desenhado. Os primeiros museus do Brasil foram dedicados à história natural, em decorrência da exuberância da natureza brasileira, como por exemplo temos: o Museu Real (atual Museu Nacional da UFRJ), criado em 1818, no Rio de Janeiro; o Museu Emílio Goeldi, criado em 1866, em Belém do Pará e o Museu do Ipiranga (também conhecido como Museu Paulista), criado em 1894, em São Paulo. A trajetória dessas instituições foi marcada por compromissos estabelecidos a partir de diferentes perspectivas de educação e difusão da ciência no mesmo momento em que surgiram esses museus.

Essa trajetória aponta para o entendimento do museu como um lugar intrinsecamente educativo. Mesmo que inicialmente contendo um caráter público restrito a determinados grupos sociais, além de ser espaço de estudo e de pesquisa principalmente voltado para cientistas, sua dimensão educativa, ou seja, seu potencial educativo, já se manifestava como elemento de formação para quem o frequentava. A função de espaço onde se pesquisa, estuda e aprende foi inerente à criação dos museus, desde os primeiros Gabinetes de Curiosidades, e desenvolve-se até hoje, de diferentes maneiras, nos museus do Brasil e do mundo. Já na primeira metade do século XX, os museus passaram a estar abertos para um número cada vez maior de pessoas e para públicos mais diversos.

A frequência dos novos sujeitos aos museus tem dinamizado a transformação desses espaços e as formas de educação neles desenvolvidas. Além da pluralidade cada vez maior de públicos, a estrita relação do museu com a escola também

influenciou as transformações da Educação Museal ao longo da história. Movimentos educacionais, teorias da educação e suas metodologias, geralmente voltadas para a educação escolar, sempre foram base também para a elaboração e realização de ações educativas em museus. Podemos dizer que a história da Educação Museal acompanha o desenvolvimento do museu, da educação e as próprias transformações da sociedade.

### **3.1 A História da Educação Museal no Brasil**

Somos uma nação muito jovem em termos de museus, embora hoje já tenhamos mais de 3.000 instituições museológicas, conforme dados da Plataforma Museusbr. Por outro lado, apenas cerca de 26% dos 5.560 municípios brasileiros possuem museus, segundo dados de 2018 do IBGE, o que comprova que a instituição museu ainda não é uma realidade para todo o território nacional. A primeira referência a um museu no Brasil data do século XVII, por ocasião da presença do holandês Maurício de Nassau na região do atual Recife, entre 1637 e 1644. Suas coleções foram levadas, em seguida, para a Holanda, quando da expulsão dos holandeses. A Casa de História Natural, também conhecida como Casa dos Pássaros, criada em 1784, é a segunda referência de museu no país. Ela expunha ao público exemplares de pássaros e demais animais vivos ou taxidermizados, que seriam regularmente enviados para a Corte, em Portugal. Somente no século XIX, com a presença da família real portuguesa no Rio de Janeiro e com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, é que vamos ter o primeiro museu criado por decreto. Isso aconteceu em 1818, com a criação do Museu Real, depois denominado Museu Imperial, no período do Império, e, na República, intitulado Museu Nacional. Como já citamos, no século XIX, ainda no período imperial, foram criados, em 1855, o Museu Paulista, de História do Brasil, em São Paulo; e, em 1866, o Museu Goeldi, de História Natural, em Belém do Pará.

No século XX, já na República, foi criado o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, no bojo das comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922. Dois anos depois, após a morte do jornalista, jurista, político e ministro da República Rui Barbosa, o Governo Federal decidiu incorporar ao Patrimônio Público a casa por ele habitada nos seus últimos 28 anos de vida, criando assim o primeiro museu-casa público no país: o Museu Casa de Rui Barbosa, aberto em 1930, e, a partir de 1966, integrado à estrutura da recém-criada Fundação Casa de Rui Barbosa.

O primeiro setor educativo institucionalizado a surgir no Brasil foi inaugurado em 1927, por Roquette Pinto, no Museu Nacional (atualmente vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Denominado 5ª Seção: Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, esse setor tinha por objetivo trabalhar com escolas na difusão da ciência, contribuindo com a abertura à experimentação e vivência de estudantes a partir do acervo de ciências naturais e etnologia do Museu Nacional. Ele continua atuante, sendo hoje conhecido pela sigla SAE, que significa Seção de Assistência ao Ensino. Na virada do século XIX para o XX, os museus já recebiam grupos para visitas e para ações de complemento à rotina de aprendizagem escolar. Há documentos e pesquisas que demonstram a realização de visitas dos alunos do colégio Pedro II ao Museu Nacional e ao Museu Histórico Nacional.

Na década de 1930, sob a influência do movimento escolanovista, foram criados os primeiros museus escolares. O movimento da Escola Nova influenciou grandes transformações no campo da Educação no Brasil. Promovendo a criticidade, a reflexão e a liberdade criativa na pedagogia, o referido movimento, também chamado de Escola Ativa, surgiu no final do século XIX, na Europa, fundado por Adolphe Ferrière. Expandiu-se pelo mundo, influenciando autores como John Dewey, nos EUA, e tornou-se uma corrente com muitos adeptos no Brasil. Entre os autores que produziram no campo da Pedagogia no Brasil, estão Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. O movimento escolanovista promoveu os debates que culminaram no Manifesto dos Pioneiros da Educação, lançado em 1932, que defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita. Alguns dos seus principais pensadores atuaram também nas reflexões sobre o campo museal, e seus textos são referências para a Educação Museal, como no caso de Anísio Teixeira – sobre museus escolares – e de Paschoal Lemme – que atuou diretamente no setor educativo do Museu Nacional. A relação entre museu e escola, tida como uma relação complementar, em que os ensinamentos escolares recebiam especial ilustração em visitas aos museus, foi a tônica da Educação Museal por muitas décadas no Brasil. Nesse contexto da relação museu-escola, um decreto de 1956 fez surgir, em São Paulo, os museus histórico-pedagógicos, compreendidos como instrumentos de cultura e educação do povo e como recurso pedagógico a serviço da escola.

Depois da instituição da SAE do Museu Nacional, novos setores educativos institucionalizados demoraram a surgir no Brasil. Mesmo museus que já desenvolviam

ações educativas – como o Museu Histórico Nacional, que teve função educativa desenvolvida desde a sua fundação, em 1922, ou o Museu Paulista, que, ainda na década de 1910, recebia milhares de visitantes e já realizava ações de cunho educativo – só tiveram seus setores educativos institucionalizados após a primeira metade do século XX. No final da década de 1950, foi a vez do Museu Casa de Rui Barbosa e da Pinacoteca do Estado de São Paulo; na década de 1970, Museus Castro Maya, Museu Lasar Segall; e, na década de 1980, Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-SP). Esse movimento de criação de setores educativos não é linear. Por vezes eles surgem e depois deixam de existir nos museus, seja por falta de ferramentas de gestão, como regimentos e planos museológicos, seja pela falta mesmo de educadores.

Nesse longo caminho da Educação Museal no Brasil, alguns desafios já foram identificados por educadores e pesquisadores do tema. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a importância de dinamizar a relação do museu com o público era tema discutido entre especialistas da área em todo o mundo. Regina Real, no folheto *O Museu Ideal*, publicado em 1958 pelo Ministério da Educação e Cultura, apresenta exemplos, citados pelo americano Duffus, de ações então consideradas inovadoras: segundo o autor, o museu estava “saindo das prateleiras”, convidando professores e alunos para realizarem visitas em pequenos grupos, emprestando coleção de slides, realizando palestras para vendedores, exposições de arte industrial, produzindo filmes educativos etc., tudo isso ainda antes de 1910.

No Brasil, conservadores de museus e cientistas, que realizavam trabalhos nos museus, espelhavam-se no exemplo americano, buscando ideias de inovação e desenvolvimento, em especial na ação educativa.

Bertha Lutz realizou em 1932 uma viagem de 60 dias aos EUA, em que visitou 58 instituições, conhecendo suas propostas educativas, que derivou na obra *A função Educativa dos Museus*, publicada somente em 2008. Cientista, educadora e militante feminista, Lutz retornou com propostas de incluir novos públicos, novas ações e instituir novas relações entre o museu e a sociedade. Lutz não foi a única a fazer visitas em outros países, nem a escrever sobre o tema da educação a partir dos museus. As primeiras décadas do século XX foram muito produtivas nessa temática, no Brasil.

Leontina Silva Busch publicou, em 1936, o livro *Organização de museus*

escolares, em que dizia que o museu escolar servia para alimentar a dimensão prática, intuitiva e experimental do aprendizado.

Em 1939, Francisco Venâncio Filho editou, para a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, o debate realizado em uma conferência que ocorreu em Petrópolis, no Museu Imperial, em que defendeu que o museu possuía características educativas próprias e que atividades relacionadas ao museu, como rádio e cinema, eram oficialmente consideradas como “extraclasse”.

Em 1946, Edgar Sussekind de Mendonça elaborou um texto para ser admitido no Museu Nacional, que se tornou também uma referência na área. Em *A extensão cultural nos museus*, o autor levanta o questionamento sobre se a escola, até então longe de atingir uma universalidade, era realmente o pilar da educação, ou se não seria ela supletiva, enquanto que outras formas de educação, inclusive aquelas desenvolvidas por museus, não seriam, na verdade, o espaço comum do organismo inteiro que é a educação da população toda do país.

No mesmo ano em que Mendonça apresentou seu texto, José Valladares publicou *Museus para o povo*, em que se propõe a chamar a atenção para a necessidade de democratização da cultura por meio dos museus. Como Lutz, Valladares também visitou museus estadunidenses e inspirou-se nas suas práticas. A partir dessa experiência, o autor propõe que os museus estejam a serviço do povo e diz ainda que o museu não pode se limitar a uma apresentação técnica do acervo que possui, devendo, antes de tudo, criar mecanismos de atração dos visitantes. Ressalta que o museu deve servir a especialistas e ao povo.

A mesma opinião aparece em *Introdução à Técnica de Museus*, uma obra de referência para a formação dos primeiros museólogos brasileiros, que foi publicada por Gustavo Barroso, em 1947, para uso no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. O autor foi o fundador e primeiro diretor desse museu e era um personagem controverso devido a uma orientação política associada ao movimento integralista brasileiro. Afirma que, entre as funções técnicas do museu, está a realização de cursos, palestras, conferências, concertos e visitas de caráter educativo, como vemos, nas páginas 26 e 27:

essa é uma das partes mais importantes do museu, sua parte dinâmica, sua vida, sua linguagem, sua forma de projeção na cultura de um país: cadeiras, programas de ensino, matrículas, horários das aulas, provas, exames, notas, taxas, diplomas; designações de professores e suas obrigações e direitos; disciplina dos alunos; cursos regulamentares,

especiais e de extensão; bolsas e excursões; conferências em séries e avulsas; comunicações de caráter técnico etc. Um museu não deve ser unicamente um necrotério de relíquias históricas, etnográficas, artísticas, folclóricas ou arqueológicas; mas um organismo vivo que se imponha pelo valor educativo, ressuscitando o passado nele acumulado. O conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar. (Gustavo Barroso, 1947, p.26 e 27).

No Museu Histórico Nacional, a publicação dos anais também levantou importantes debates sobre a Educação Museal, realizados a partir da produção de conservadoras de museus como: Papel educativo do Museu Histórico Nacional, produzido por Nair Moraes de Carvalho, publicado em 1947; O museu e a criança, publicado em 1948, escrito por Sigrid Porto de Barros; Nova diretriz dos museus Cardozo Ludolf, publicado em 1952 e A mensagem cultural do museu, de Sigrid Porto de Barros, do mesmo ano.

Finalmente, a partir da construção do Seminário Regional sobre a função educativa dos museus, em 1958, no Rio de Janeiro, foram produzidas outras obras importantes para o campo. No ano do evento, foi reeditado o livro de 1956, de Florêncio dos Santos Trigueiros, Museu e educação, sob o título Museus: sua importância para a educação do povo. Já na primeira edição, o autor coloca, na página 38, que:

Poderíamos sintetizar que a finalidade do museu é informar educando. Todos os objetos que se encontram à disposição dos estudiosos falam a linguagem positiva das coisas frias e silenciosas, revelando os fatos com a eloquência da verdade.

Hoje, ele é o complemento da escola, é o lugar onde os professores levam seus alunos, para ilustrar com o real o que lhes foi explicado em aula. O museu é escola viva, exercendo papel preponderante na educação do povo. (Florêncio dos Santos Trigueiros, 1956, p.38)

No mesmo ano da primeira edição do livro de Trigueiros, em 1956, o I Congresso Nacional de Museus foi realizado na cidade de Ouro Preto/Minas Gerais, sob a regência de Rodrigo Melo Franco de Andrade e influência do pensamento de outro intelectual paulista, Mário de Andrade. Já em 1930, ele dizia que defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”. Rodrigo Melo Franco de Andrade, por sua vez, em 1960, iria declarar que “em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio de arte e de história do país: é a educação popular.

Em 1958, foi publicado o livro *Recursos educativos dos museus brasileiros*, de Guy de Hollanda, que apresenta dados de um levantamento proposto pelo Governo Federal e realizado com 145 museus brasileiros, a partir de uma preparação para o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, de 1958.

Em termos práticos, o que acontecia nos museus até meados do século XX eram visitas guiadas, palestras ambulantes, aulas em exposições e empréstimos de coleções didáticas. Essas ações eram alvo da reflexão teórica dos seus atores, como vimos, mas também era assunto tratado em diversos eventos da área museológica.

Mas a Educação Museal não era ainda entendida e implementada na maioria das instituições como uma prática tão essencial quanto as demais funções dos museus. Suas condições eram ainda muito precárias e instáveis, e não havia um direcionamento nacional para sua realização. O período da ditadura civil-militar (1964-1985), ao mesmo tempo que inaugurou a criação de um planejamento específico das políticas públicas de cultura, criou obstáculos para o desenrolar de processos democráticos de construção da ação educativa com a sociedade. Mas a sociedade civil e o universo museal não pararam suas ações.

Em 1970, o projeto intitulado *Domingos da Criação*, organizado e coordenado pelo crítico e curador Frederico Morais, foi uma experiência significativa de educação, produção artística e resistência ao regime no período. Somente no início dos anos 1980, a Educação Museal ganha nova conceituação, e a relação dos museus com as escolas é transformada, num cenário em que foi decisivo o novo contexto da Museologia na América Latina. A partir daí as diferentes tipologias de museus ganham autonomia, seus campos são explorados e desenvolvidos. Assistimos, na década de 1980, à criação e disseminação de centros de ciências e de centros culturais no Brasil. Aparatos tecnológicos e interativos começam a ocupar terreno nos museus de ciências, e a ideia de popularização e divulgação científica começa a influenciar as ações educativas de museus e no ensino de ciências nas escolas. Também na década de 1980 e na seguinte, há importantes movimentações no campo da Museologia e do Patrimônio, no que diz respeito à educação. Em 1987, Maria Célia Teixeira Moura dos Santos, museóloga formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora do curso de Museologia, que desenvolve trabalhos sobre a educação nesse campo, publicou o livro *Museu, escola, comunidade – uma integração necessária*, pelo IPHAN. A autora inaugura uma nova referência para a Museologia quanto à educação,

destacando a importância de os museus se fazerem presentes nos processos educacionais, não como complemento à escola, mas na ação direta com as comunidades em que se inserem.

Em 1983, Maria Lourdes de Parreiras Horta, então educadora no Museu Imperial, após participar de um evento na Inglaterra, importou a metodologia da Educação Patrimonial (Heritage Education) para o Brasil. Sua proposta era a de trabalhar o patrimônio sob uma perspectiva educativa, visando à sua preservação e apropriação. A metodologia da Educação Patrimonial foi descrita por Horta e Evelina Grumberg no Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo IPHAN em 1999, envolvendo quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais:

- observação;
- registro;
- exploração;
- apropriação.

As autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. De acordo com elas, a Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. A partir da popularização do termo e da metodologia da Educação Patrimonial, críticas, apropriações e derivações foram surgindo na prática e na pesquisa sobre Educação Museal no Brasil.

No final do século XX, as ações educativas passaram por grandes transformações. Havia mais museus, de tipologias mais diversas. A pedagogia escolar deixava de ser uma referência exclusiva e finalmente se começou a concretizar as ideias das décadas de 1950 e 1970, com relação à inserção de novos públicos, à especialização da ação educativa museal e à democratização do museu por meio da educação. Essas transformações tomaram corpo e iniciaram um processo de consolidação quando políticas públicas de museus foram desenvolvidas de forma continuada. O momento vivido pela educação em museus no Brasil nas décadas de 1990 e de 2000 é bastante paradoxal. Ao mesmo tempo que diversos profissionais da área se atualizavam profissionalmente, os quadros de profissionais nos serviços educativos de instituições públicas tornavam-se escassos por motivos como

aposentadoria e não renovação dos quadros por meio da realização de concursos públicos, que só voltariam a acontecer a partir de 2005. Vale ressaltar que o termo Educação em Museus também tem sido utilizado para designar, de maneira geral, processos educativos que ocorrem em museus, tanto aqueles realizados pelos próprios museus, quanto os processos de ensino, muitas vezes ligados às escolas.

O século XXI representa para o campo museal no Brasil uma verdadeira transformação no âmbito das políticas públicas, bem como nos campos conceitual, teórico e metodológico. A construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), caracterizada por um processo participativo, realizado entre 2010 e 2017, é uma grande conquista do campo, sobretudo por contribuir para o levantamento, fortalecimento e produção teórica que, inclusive, aponta para a constituição de um conceito de Educação Museal, de caráter histórico e nacional. O processo da PNEM apontou ainda alguns desafios contemporâneos e, nesse quesito, o destaque está na ausência de formação específica em Educação Museal, não sendo sequer uma disciplina obrigatória em todos os cursos de Museologia existentes no país. Esse fato tem reflexos na atuação e nas condições de trabalho. Para dar conta de debates e reflexões urgentes e para contribuir com a formação e a luta política dos educadores, surgiu em 2003, no Rio de Janeiro, a primeira Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Brasil, que chegou a organizar, em 2007 e 2009, dois Encontros Nacionais. Essa experiência inspirou o surgimento de outras Redes de Educadores em Museus (REM's), em diferentes estados brasileiros, contabilizando, atualmente, dezenas de grupos que vêm atuando com o poder público, cobrando e colaborando com as demandas do campo. A ampliação das Redes, dada a sua capilaridade, foi de grande importância para alavancar o processo de construção da PNEM, desenvolvida sob a liderança do IBRAM. O cenário que hoje se apresenta nos coloca muitos desafios. É preciso pensar as particularidades de cada instituição, relativas ao seu tamanho, à sua disponibilidade de recursos e de profissionais, à sua estrutura e ao seu acervo. A dimensão continental do país, e a imensa disparidade da proporção de museus existentes na região Sudeste em detrimento das demais, é um desafio significativo.

Ao definirmos Educação Museal como um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade, estamos reafirmando que esta é uma parte do funcionamento da educação

geral dos indivíduos na sociedade. O foco passa, então, a ser a interação dos sujeitos não apenas com os bens musealizados, mas também com os profissionais dos museus, seu território e a experiência da visita. A ideia posta em curso, a partir desses elementos, é contribuir para a formação crítica desses sujeitos, estimulando a apropriação e criação da memória, do patrimônio musealizado, bem como sua atuação consciente na sociedade, visando transformá-la.

### **3.2 – O Museu Nacional e a Constituição da SAE (Seção de Assistência ao Ensino)**

O Museu Nacional (MN-UFRJ), criado em 1818, é a mais antiga instituição científica e a primeira instituição museológica do Brasil. Há 96 anos se tornou também o primeiro museu brasileiro a criar um setor educativo em sua estrutura. O compromisso com a Educação e com a Divulgação Científica acompanha o MN desde seu surgimento, conforme apontam pesquisas que tiveram como foco sua trajetória e a História da Educação Museal (KÖPTCKE; LOPES; PEREIRA; 2007; SILY; 2012; PEREIRA; 2010; SEIBEL-MACHADO; 2009; VALENTE; 1995).

Já na primeira metade do século XIX se registra o empréstimo de objetos do MN para aulas demonstrativas, tanto à Academia Militar quanto ao Colégio Pedro II (SOARES, 2016). Em 1876 passa a promover os Cursos Públicos do Museu, constituídos de palestras e cursos destinados aos não especialistas. Ministrados por pesquisadores das diferentes seções, os resumos dos cursos eram publicados em jornal de ampla circulação. Apesar de aprovados, um ano após a sua criação, as palestras ganham intervalo maior entre si. Aos poucos, alegando falta de tempo e dificuldade para conciliar tal atividade com o elevado grau de exigência imposto pela pesquisa, os pesquisadores abandonam a iniciativa. Com a Reforma Benjamin Constant, em 1890, o MN estreita ainda mais a sua relação com a Educação, atuando como membro do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Colabora com a implantação de um novo currículo que incluía o ensino da História Natural, entre outras disciplinas científicas, por meio do método intuitivo, pautado na crítica ao ensino livresco e abstrato em favor de um ensino mais prático, concreto e científico. Com vistas a atender às diretrizes de uma nova política educacional, a partir de 1919, diferentes seções do MN passam a produzir coleções didáticas e quadros murais que são enviados a muitos estabelecimentos de ensino (SILY, 2012).

No início do século XX, os documentos que regulam o funcionamento do Museu Nacional dão conta da ampliação de seu caráter público. O Regulamento de 1911, em seu Art. 1º, institui o compromisso da instituição não só com a pesquisa da história natural, mas com o seu ensino e divulgação; não só com a coleta, classificação científica e conservação de seus produtos, mas com a exposição dos mesmos ao público acompanhada das indicações necessárias. O Regulamento de 1916 mantém esse compromisso e registra a ampliação do horário de funcionamento do museu, passando de cinco dias na semana durante cinco horas, para seis dias da semana ao longo de oito horas. Edgard Roquette-Pinto, em discurso proferido em 1918 por ocasião do Centenário do Museu Nacional (ROQUETTE-PINTO, 1919), define este como “Escola que ensina a todos, escola que ensina tudo” e afirma que “um museu (...) deve ser, antes de tudo, casa de ensino, cada de educação”, revelando o crescente reconhecimento do papel educativo da instituição. O discurso aponta também a influência dos museus estadunidenses sobre essa visão, ao passo que Roquette-Pinto trata o Museu de História Natural de Nova Iorque como uma referência e enfatiza a sua divisa: “Para o povo, para a educação, para a ciência”. Nas duas primeiras décadas do século XX o referido museu já contava com uma sala dedicada às crianças, bem como com um sistema de empréstimo de coleções e outros recursos para as escolas, promovia palestras para estudantes, bem como a visita de crianças cegas à instituição, dentre outros.

Alguns anos mais tarde, estando Roquette-Pinto à frente da Direção do MN e, diante do contexto de repercussão da multiplicação e reorganização dos museus em âmbito internacional (SEIBEL-MACHADO, 2009), a Educação passa a ser compreendida como uma função necessária na estrutura da instituição. É criada, então, em 1927, a 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, o primeiro setor educativo de um museu brasileiro, marco da institucionalização da educação museal no país. A criação do setor educativo representou, segundo Pereira (2010), a transição de uma dimensão educativa, pautada em uma aura educacional inerente à origem do próprio museu, para o reconhecimento de sua função educativa, marcada pela compreensão da existência de uma função sistemática e comprometida com objetivos educacionais explícitos.

Edgar Roquette-Pinto foi o primeiro chefe do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (1927-1935) e acumulou o cargo com o de Diretor do MN. No ano

de 1935 foi sucedido na chefia do SAE por um dos assistentes do setor, o médico Paulo Roquette Pinto, seu filho, que atuava no MN desde 1932. Paulo foi chefe do SAE entre 1935 e 1941 (ARANHA FILHO, 2011, p.30). Pautado na perspectiva pedagógica de que é por meio da observação direta e da manipulação de objetos que ocorre a aprendizagem, o SAE concentra as demandas por apoio educacional oriundas, sobretudo das escolas, garantindo aos professores o acesso aos diferentes materiais e acervos do MN (PEREIRA, 2010). Um dos principais interesses do setor era a orientação das escolas na montagem dos Museus Escolares. Apesar da exorbitante demanda e do número reduzido de profissionais, essa atividade passa a ser uma tarefa exclusiva do SAE ao passo que as demais seções interromperam a preparação de coleções didáticas com a criação do setor educativo (PEREIRA, 2010). Paulo Roquette-Pinto reuniu materiais dos cursos que oferecia e de manuais de técnicas de história natural para não especialistas e lançou, em 1938, o livro *História Natural: assistência ao ensino*, publicação que visava subsidiar a formação de museus escolares. Essa política seria contestada por Bertha Lutz. Os argumentos utilizados por ela em parte se baseavam na sua atuação na inspeção de museus escolares em 1921. A mesma afirmou “visitei numerosos estabelecimentos escolares no estado de Minas que tinham recebido material do nosso Museu. Só dois o tinham utilizado e em ambos encontrei naturalistas à frente do ensino científico” (LUTZ, 2008, p.98). Lutz passou a condenar os museus escolares e a advogar em favor do empréstimo de material do museu para as escolas, destacando o valor psicológico do mesmo. A autora afirma que ciente de que existe um prazo para devolução do material, o usuário deixa de protelar o uso do mesmo e aponta, ainda, como outro aspecto favorável, a potencialização do alcance social da coleção, haja vista sua contínua circulação por diferentes instituições, bairros e cidades (LUTZ, 2008). Bertha se orientou pelas experiências bem-sucedidas dos museus estadunidenses. Ela visitou 58 museus dos EUA em uma viagem que teve como foco seus setores educativos. Em 1933, apresentou ao diretor do MN, Roquette-Pinto, um relatório das visitas técnicas realizadas, no qual versa sobre material didático, democratização cultural, visitas escolares, ações extramuros, atividades voltadas para pessoas com deficiência e para crianças pequenas, estudos de público, além de questões de gênero, arquitetura de museus, propaganda e divulgação, dentre outros. A partir do que observou nos museus estadunidenses, Lutz estabelece vários paralelos entre os mesmos e o Museu

Nacional, apresentando propostas para este último. Preocupada com as dificuldades de acesso de grande parte da população ao MN e, considerando sua missão educativa, propôs não só uma nova sede para a instituição, em local mais acessível e que permitisse o funcionamento do museu em horários adequados às atividades de lazer de um público a ser cativado, incluindo o horário noturno, mas também a criação de pequenos museus ramais com exposições e folhetos que ajudariam a divulgar a instituição junto aos turistas que chegam à cidade pelo porto, por exemplo. Propõe, ainda, o que considerou “iniciativa de grande alcance para a educação popular”, pautada na disseminação de coleções em áreas de grande circulação da cidade com o objetivo de despertar o interesse pelos museus. A educação pelo museu já aparece ali em caráter ampliado. Nas gestões de Edgard e Paulo, o SAE recebeu 280 escolas e 26.361 professores e alunos; realizou 1.278 aulas, cursos e conferências; forneceu 6.537 dispositivos a serem usados em aulas, exibiu 746 filmes, preparou e determinou 7.905 itens para as coleções escolares. Podemos perceber que os primeiros passos do processo de institucionalização da educação museal no Brasil se caracterizam pelo estabelecimento de uma relação de dependência entre o MN e as escolas. As últimas passam a depender dos serviços prestados pelo primeiro, enquanto o museu, para legitimar seu trabalho, presta serviços para se aproximar das escolas e difundir seu acervo, deixando de enfatizar as potencialidades educacionais próprias dessa instituição (PEREIRA, 2010, p.152).

Dentre suas atribuições regimentais estão: realizar estudos sobre estudos e pesquisas sobre educação em museus de ciências; prestar assistência ao ensino das ciências naturais e antropológicas a estabelecimentos de ensino, professores e alunos; orientar o público em visitas às exposições do Museu Nacional; organizar, realizar cursos, palestras, conferências e sessões cinematográficas educativas, para divulgação das Ciências Naturais e Antropológicas; organizar campanhas educativas, tendo em vista a proteção na Natureza e um melhor conhecimento dos recursos naturais, especialmente do país; organizar exposições próprias, temporárias ou volantes para atender aos seus objetivos educacionais e colaborar nas publicações do Museu Nacional e elaborar, para distribuição, obras de divulgação de conhecimentos de Ciências Naturais e Antropológicas. No ano em que comemorou seus 96 anos, a SAE promovia um bom número de projetos e ações educacionais. Um dos projetos, intitulado O Museu e o Parque, é voltado para grupos do Ensino

Fundamental II, tendo como foco o Parque da Quinta da Boa Vista e seus aspectos paisagísticos, históricos, botânicos e zoológicos. O mesmo busca a integração entre as ciências presentes fora e dentro do Museu. Para crianças de 5 a 7 anos promoveu o Tem Criança no Museu: de férias com a ciência, que busca estimular a criatividade, a curiosidade e a ampliação de conhecimentos em Botânica, Paleontologia, Zoologia, Arqueologia e Etnologia. Já a Coleção Didática para Empréstimo disponibiliza para escolas e instituições científicas aproximadamente 1.800 itens de material zoológico, paleontológico e geológico. Por meio das visitas educativas, realizadas com públicos de visitação programada e espontânea, o setor educativo busca estabelecer uma transformadora rede de educação, comunicação, negociação e diálogo entre museu, ciência e sociedade. Promove, também, a oes extramuros, principalmente na Quinta da Boa Vista, com o intuito de estreitar a rela o do museu com a sociedade, incluindo aqueles que não o visitam. A SAE, em parceria com Departamentos do Museu, promove cursos de extensão, como o Forma o de Mediadores do Museu Nacional; o Descobrimo a Terra – Forma o Continuada de Professores em Educa o em Geociências e o Meninas com Ciência: Geologia, Paleontologia e G nero no Museu Nacional. Em 2017, o setor concebeu o projeto de extensão “Clube de Jovens Cientistas do Museu Nacional: Ciência na Quinta”, que no ano seguinte viria a ser um dos vencedores do 9  Pr mio Ibermuseus de Educa o. Respeitando uma de suas atribui es regimentais, a de atuar na produ o científica acerca da educa o em museus de ciências, a SAE desenvolve estudos de público e pesquisas nos campos da educa o museal e da acessibilidade cultural. A SAE coordena, também, o Programa de Inicia o Científica Júnior (PIC Jr), parceria com o Colégio Pedro II que, desde 1999,   implementado com o intuito de inserir os educandos do Ensino Médio em novos ambientes de aprendizado e ensino. O cumprimento de outra importante atribui o do setor, a de organizar exposi es próprias para atender aos seus objetivos educacionais, pode ser exemplificada pela exposi o O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos, concebida pela SAE visando   inclusão de pessoas com deficiência no ambiente do museu.

A partir do direcionamento do museu a um público mais amplo,   criado um setor específico para contemplar suas demandas educacionais e interesses, o setor educativo. Este deveria funcionar como ponte entre a pesquisa, os pesquisadores e o público. Aproximadamente cinco décadas após   cria o dos primeiros setores

educativos de museus, no Museu do Louvre e no Victoria and Albert Museum (SEIBEL-MACHADO, 2009), e mais de 100 anos após à criação do primeiro museu brasileiro, o país inaugurou sua primeira experiência de institucionalização da educação museal. Infelizmente, passados 96 anos, menos da metade dos museus brasileiros possuem setor educativo (IBRAM, 2011). Se no início do processo de institucionalização da educação museal no nosso país, o foco das ações se concentrava em subsidiar a educação formal, com vistas a complementá-la, hoje entendemos que uma das principais funções dos educadores e educadoras museais é a de promover “uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la”, por meio da “formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados, com os profissionais dos museus e a experiência da visita” (COSTA et al., 2018). Os objetivos dos projetos e das ações da SAE vão ao encontro das funções anteriormente citadas e têm também como foco a ampliação do caráter público e do alcance social do MN. Por sua primazia, trajetória ininterrupta de noventa e seis anos e relevância de educadores e educadoras que atuaram na Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, sua história, bem como a de seus profissionais, merecem ser alvo de mais estudos e análises.

#### 4 PRODUTO PEDAGÓGICO

O produto pedagógico em questão tem por objetivo fazer uma inserção curricular as séries finais do ensino fundamental e quem sabe uma matéria eletiva para o novo ensino médio.

Esta inserção curricular traz o Museu Nacional e conjunto arquitetônico do Paço de São Cristóvão como fonte histórica e patrimonial.

Precisamos, enquanto professores de História, lançar mão de diversos recursos para que nossas aulas fiquem cada vez mais atrativas e interessantes. E nada como levar para a sala de aula ou trazer a sala de aula para fora da escola utilizando diferentes formas de se trabalhar fontes históricas ou até mesmo conjuntos arquitetônicos. Sabemos que, atualmente, tem sido cada vez mais difícil de sairmos em passeios pedagógicos pelos problemas relacionados a violência que nos assola. Sendo assim, como deixar suas aulas mais atrativas? Como fazer que com seu aluno se interesse por suas aulas?

Como forma de ajudar os docentes nessa jornada, apresento um produto pedagógico que poderá nos ajudar, sendo inserido no currículo da disciplina de História o conteúdo Patrimônio Histórico como (sejam eles materiais ou imateriais) nos anos finais do ensino fundamental II e até mesmo, como uma disciplina eletiva no novo ensino médio.

Abaixo trago alguns exemplos de que forma podemos inserir no currículo a disciplina patrimônio histórico de acordo com algumas unidades temáticas dos anos finais do ensino fundamental:

No **6º ano**, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África.

Para trabalhar a unidade temática → **A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades** – cujos objetos de conhecimento são: Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas

Américas (pré-colombianos), os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais – poderíamos fazer um passeio virtual pelo Museu Nacional, mostrando o acervo relacionado aos povos pré-colombianos, povos indígenas brasileiros, povos egípcios e mesopotâmico que, infelizmente não existe mais devido ao trágico incêndio de 2018, mas mesmo assim ainda contribui muito para o conhecimento dos alunos, apresentar essas peças para crianças e adolescentes que não tiveram a oportunidade de conhece-las pessoalmente, além de não deixarmos cair no esquecimento esse rico acervo;

No **7º ano**, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas.

São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII.

Para trabalhar a unidade temática → **O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias** – cujos objetos de conhecimentos são: A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História. A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno. Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial – para essa unidade temática, nós poderíamos utilizar os mesmos recursos que foram utilizados pelo 6ºano, mas apresentando agora o acervo relacionado aos nossos ancestrais africanos, além falarmos sobre relação do acervo com a família imperial, que moravam no conjunto arquitetônico;

No **8º ano**, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas.

Para trabalhar a unidade temática → **Os processos de Independência nas Américas** - cujos objetos de conhecimento são: Independência dos Estados Unidos da América e as Independências na América espanhola. A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti. Os caminhos até a independência do Brasil – podemos utilizar o acervo do museu virtual e material do museu, além de podemos solicitar as coleções de

empréstimo da Seção de Assistência ao Ensino, visitar o Horto Botânico entre outras opções de patrimônios materiais e imateriais disponíveis;

No **9º ano**, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente.

Para trabalhar a unidade temática → **O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX** - Período Regencial e as contestações ao poder central. O Brasil do Segundo Reinado: política e economia. A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado. Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai. O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial. Políticas de extermínio do indígena durante o Império. A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil. Dentro dessa unidade temática fica ainda mais fácil trabalhar o Museu Nacional e o Conjunto Arquitetônico do Paço de São de Cristóvão, pois a história está presente em tudo, desde o acervo museológico como na própria arquitetura do local. Pois o mesmo foi o palco de importantes decisões tomadas pelos imperadores D. Pedro I e II. Além que conseguirmos também buscar acervos patrimoniais materiais e imateriais em outras instituições.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso busca mostrar e explorar a função educativa do Museu Nacional e o conjunto arquitetônico do Paço de São Cristóvão e para ilustrar, disponibilizamos aqui um relato de experiência vivido pela autora do trabalho.

O direito à memória é importante para que a comunidade cultive sua própria identidade e é através de um relato de memória e experiências profissionais que escrevo as considerações finais. Começo contando a história de uma menina que adorava passar finais de semana com sua família na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Quando chegávamos e entrávamos a pé iríamos conversando sobre o que veríamos em nossos passeios. Ao passarmos em frente ao Paço de São Cristóvão – Museu Nacional, meus olhos de criança brilhavam com a beleza daquela estrutura arquitetônica e a minha curiosidade aguçava para saber como era lá dentro.

Após uma breve visita ao zoológico e um lanche rápido, partíamos para melhor parte do passeio para mim, a visita ao Museu. Ao entrar por aquele suntuoso palácio sentia meu corpo demonstrar sinais de que estava em total euforia. Passávamos pelo hall de entrada iríamos para o segundo andar que era onde ficavam as minhas coleções preferidas, eram elas: a egípcia, pré-colombiana, mesopotâmia e por último as de plantas. Amava e ainda amo aquele lugar com todas as minhas forças, sempre imaginei que um dia eu estaria ali seja como fosse.

O tempo passou, cresci e minha vida enveredou por outro caminho. Mas meu sonho e fazer parte daquele lugar permanecia vivo em meus pensamentos. Me tornei professora (outro sonho de infância), e essa incrível profissão me abriu a mente, portas e o principalmente meu coração, me fazendo enxergar que poderia fazer da minha experiência profissional ainda melhor se eu pudesse agregar o Museu Nacional e o Paço de São Cristóvão como fontes históricas em minhas aulas.

Antes da disseminação da internet, fazíamos passeios pedagógicos ao museu, mas eu sempre achava, enquanto profissional, que não podíamos ficar apenas com as explicações de educadores museais, aquele lugar, aquele acervo, aquelas histórias precisavam ser mais exploradas, precisavam aguçar cada vez mais a curiosidade das crianças, algo deveria ser despertado na cabecinha dos educandos, mas isso não acontecia. Terminávamos o passeio, mas dentro de mim ficava sempre uma sensação

de quero mais misturada há uma certa frustração, pensando sempre poderia ter sido muito melhor e que eu poderia ter feito algo diferente. Como o passar dos anos, a forma de ensinar mudou e o interesse dos alunos pelas aulas também, hoje não conseguimos mais aquela atenção que nós de algumas gerações passadas dávamos aos nossos professores. Precisamos tornar nossas aulas muito divertidas, lúdicas e ao mesmo tempo de fácil compreensão.

Pensando assim, me perguntei: Por que não levar para dentro da sala de aula o museu? Por que não mostrar aos alunos o quanto é importante valorizar os patrimônios históricos que existem em nosso país? Por que não ensinar aos alunos a diferenciar o que são patrimônios materiais dos imateriais? E a pergunta principal, por que não usar o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional para responder à todas essas perguntas? Foi quando em minhas pesquisas para elaboração de planos de aula, que descobri que existia uma visita virtual ao Museu Nacional, pronto! Perfeito! Era tudo que precisava, mesmo que a instituição educacional escolhesse não visitar o museu, poderia utilizá-lo sem o menor problema.

Com isso, passei a deixar minhas aulas mais atrativas e divertidas, fora que dava a oportunidade de crianças que nunca tiveram a chance de ver aquele acervo de perto pudesse conhecê-lo. Por sempre trabalhar com séries finais do Ensino Fundamental I (4º e 5º anos), esse público é sempre muito curioso e os conteúdos didáticos facilitam a aproximação com os detalhes históricos que estão presentes no acervo e no conjunto arquitetônico. Sempre buscava agregar em minhas aulas um elemento que fizesse parte da histórica coleção do museu, mas sempre através de imagens, trabalhando com a curiosidade dos educandos, por exemplo: levei uma vez para uma aula de História sobre a civilização egípcia uma foto (do meu acervo pessoal) da múmia sacerdotisa-cantora Sha-Amun-em-Su. Mas antes de começar a aula, projetei a imagem do sarcófago no quadro. Alguns olhavam fixadamente para a imagem, outros aproveitavam o momento para lembrar de filmes de múmias que haviam visto e como sempre, tem aqueles que não se interessam, mas que faz parte de qualquer sala de aula. Pedi silêncio para que pudéssemos começar. Perguntei para eles o que achavam o que era aquilo? Quem era ou poderia ter sido aquela pessoa? Em que momento histórico aquela pessoa havia vivido? Qual era a civilização que pertencia? E se ela era egípcia o que estaria fazendo no Brasil e Museu Nacional? Bom, a chuva de ideias foi maravilhosa! Ouvi um pouco de tudo. Ouvi que ela era uma

rainha, esposa de Tutancâmon, que era uma múmia que passava nos corredores do museu igual ao filme “Uma noite no Museu”, que ela era egípcia e veio para cá de avião. Pois bem, ouvi muitas coisas engraçadas, pertinentes e nada haver, mas o que realmente gostaria de ter ouvido não consegui, me fazendo chegar à conclusão que essas crianças precisam ter um contato maior com essas coleções, precisam ter mais acesso ao que é patrimônio cultural, o que é um acervo museológico, ou seja, precisamos diminuir essa lacuna que existe entre os patrimônios culturais e museológicos entre os nossos estudantes. Depois que explicar a história da múmia e como ela chegou aqui, consegui finalmente atingir o meu objetivo: fazer com que os meus alunos despertassem a sua curiosidade sobre esse artefato arqueológico tão importante e interessante para a história do nosso país.

Infelizmente passamos por dois momentos diferentes, mas extremamente significativos em nossas vidas, o primeiro foi em setembro de 2018 com o fatídico incêndio no Museu Nacional, que nos fez perder uma parte significativa da história o nosso país e do mundo, impossibilitando que muitas de nossas crianças, jovens e até mesmo adultos não terem acesso e os mesmos direitos que cada um de nós que vivemos, sentimos e curtimos cada um daqueles objetos que existiam dentro daquele espaço tivemos a oportunidade de vivenciar. E o outro foi a pandemia de COVID19 que assolou o nosso país e o mundo, nos tirando o direito de ir vir e de estarmos com as pessoas que amamos. Mas que por outro lado, nos permitiu ter acesso a museus espalhados pelo mundo inteiro através da internet, nos permitiu conhecer novas culturas e novos acervos museológicos e o mais importante de tudo, ao meu ver, nos permitiu expandir ainda mais o nosso conhecimento.

Meu objetivo com este projeto de pesquisa é possibilitar que todos os educandos e educandas do nosso país possam, através de seus professores, sejam eles de História, como também os professores das demais disciplinas como também, porque não, os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental levar para sua sala de aula o Museu Nacional, permitindo que perpetue aquele acervo único, mesmo não existindo mais materialmente, continue existindo deixando nossas aulas cada vez mais lúdicas, divertidas e interessantes.

Para tornar isso possível, trago como produto pedagógico uma inserção curricular nos planos de curso dos Ensino Fundamental I e II e como matéria eletiva no Ensino Médio uma nova proposta que nos permite levarmos para a sala de aula a

arqueologia, a museologia e o patrimônio histórico cultural assim encurtando essa enorme lacuna que separa esses assuntos (ou ciências) das nossas escolas, assim possibilitando aquele ou aquela que diversos motivos não tenham acesso passem a conviver e aprender cada vez mais.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA FILHO, Jayme Moraes. Guia da impermanência das exposições: uma investigação do Museu Nacional do Rio nos anos 1940. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- BARROS, Sigrid Pôrto. O Museu e a Criança. Anais do Museu Histórico Nacional, v. IX. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. p.46-73. [Volume atribuído ao ano 1948].
- BARROS, Sigrid Pôrto de. A mensagem cultural do Museu.1952.
- BARROSO, Gustavo. Introdução à técnica de museus. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946. 2 v
- BINÔMIO: Museu e Educação. 2. ed. Petrópolis: MNBA; Departamento Gráfico do Museu de Armas Ferreira Cunha, 1969.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.z
- BRASIL. Decreto de 6 de junho de 1818. Cria um museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santana que manda comprar e incorporar aos próprios da Coroa. Coleção das leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 60-61, 1889.
- BRUSH, Leontina Silva. Organização de museus escolares. Fonte: Cadernos de Sociomuseologia, 2019. v. 58, n. 14.
- COSTA, A.F.; CASTRO, F.; SOARES, O.; CHIOVATTO, M. Educação Museal. In: Instituto Brasileiro de Museus. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF: IBRAM, 2018.
- CHOAY, F. A alegoria do Patrimônio. 4a Edição. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006;
- CUNHA, Lygia Fonseca da. Subsídios para a história da Biblioteca Nacional. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 101, p. 125-148, 1981.
- DANTAS, Regina Maria. A Casa Do Imperador - Do Paço de São Cristóvão Ao Museu Nacional
- DIAS, Carla da Costa. O povo em coleções: a Coleção Regional do Museu Nacional, 1920-1950. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2022. 506 p.
- ERMAKOFF, George (org). Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2012. FRECHEIRAS, Kátia. Do Palácio ao Museu: A trajetória pedagógica do Museu da República. Rio de Janeiro: KBR, 2015
- GIRA MUNDO, Nona edição. Vol.5, nº 9 (2018);

GONÇALVES, J. R. S. Os museus e a cidade. In ABREU, R. & CHAGAS, M. (ORG.)

HOLLANDA, Guy de. Recursos educativos dos museus brasileiros. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ICOM, 1958.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico da Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

IBRAM. Museus em Números/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. vol. 1

IBRAM, Escola Virtual. História da Educação Museal. 2023. E-Book. Disponível em: <https://cdn.evg.gov.br/cursos>. Acesso em: 25 de março de 2024.

KÖPTCKE, L. S.; LOPES, M. M.; PEREIRA, M. R. N. A construção a relação Museu-Escola no Rio de Janeiro entre 1832 e o final dos anos de 1927: análise das formas de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições da educação formal. In Simpósio Nacional de História, XXIV. São Leopoldo, 2007

LACERDA, João Baptista de. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LIMA, Antônio Carlos Souza. Os museus de história natural e a construção do indigenismo. Comunicação, Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS, n. 13, 1989.

LUDOLF, Dulce Cardozo. Nova Diretriz para o Museu. Anais do Museu Histórico Nacional, v. XIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964. p.189-200. [Volume atribuído ao ano 1952].

LUTZ, B. J. M. A função educativa dos museus. G. G. de Miranda, M. J.V. da C. Santos, S. N. de M. Estevão, V. M. M. da Fonseca (orgs.). Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008. (Série Livros do Museu Nacional, v. 33

MENDONÇA, Edgard Sússekind de. A extensão cultural nos museus. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946

MUSEUNACIONAL.ufrj.br/200\_anos/doc/plano de expansao

MUSEUNACIONAL.ufrj.br/200\_anos/doc/200\_anos\_do\_Museu\_Nacional.pdf

MUSEU Real. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <https://goo.gl/VtqUeD>. Acesso em: 19 set. 2023.

PACHECO, R. A. Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente. Paco Editorial, São Paulo, 2017.

PAPEL educativo do Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 18-29, 1957.

PEREIRA, M. R. N. Entre Dimensões e funções educativas: A trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2010.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Centenário do Museu Nacional. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 22, p. 27-30, 1919.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museu, escola, comunidade - uma integração necessária. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987, p.193 e 196.

SÃO PAULO: Cortez, 1994. HADDAD, F. Os manifestos. In: MANIFESTOS dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador - D. Pedro II um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEIBEL-MACHADO, M. I. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

SILY, P. R. M. Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SOARES, Ozias de Jesus. Ir onde o público está: contextos e experiências de museus itinerantes. *Mouseion, Canoas*, n. 24, p.129-154, ago.2016, p.113.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu E Educação*. 2. ed. Irmãos Pongetti, 1958.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. Educação em museu: o público de hoje no museu de ontem. 1995. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 1995.

VALLADARES, José. (1946). *Museus para o povo: Um estudo sobre museus americanos*. Secretaria de Educação e Saúde.